

Bolsa de Emprego | Julho de 2017



Nome: Ana Correia
Habilitações Literárias: Licenciatura em Tradução e Secretariado
Experiência Profissional: Administrativa, Técnica de Turismo

Nome: Mário Manuel da Silva Carreira
Habilitações Literárias: 6º ano
Experiência Profissional: Mecânico de 1ª, Experiência de condução de pesados

Nome: Joana Raquel Nunes Fernandes
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Administrativa

Nome: Nuno Filipe Marques Coelho
Habilitações Literárias: 9º ano
Experiência Profissional: Indiferenciado

Nome: Bruno Miguel Vasconcelos Gomes
Habilitações Literárias: Curso Profissional Informática de Gestão
Experiência Profissional: 1º Emprego

Nome: Ana Rita Almeida
Habilitações Literárias: 12º ano - Técnica de Contabilidade
Experiência Profissional: Estágio Profissional

Nome: Rita Oliveira Canão
Habilitações Literárias: Curso Profissional de Animação Sociocultural
Experiência Profissional: Administrativa, Operária Fabril, Auxiliar em Lar

Nome: Ana Cristina Fernandes Sousa
Experiência Profissional: Escolhedora, Auxiliar de Serviços, Empregada de balcão, Caixa de supermercado

Nome: Mário Rogério Costa Rodrigues
Habilitações Literárias: 4º ano escolaridade
Experiência Profissional: Motorista de pesados articulados, Motorista Tractores Agrícolas e Madeiras

Nome: André Tiago Santos Glória da Silva
Habilitações Literárias: Licenciatura em Arquitectura
Experiência Profissional: Área da construção. Desenho de projectos, Autocad e Desenho Digital, Empregado de balcão em padaria

Nome: Filipa Cristina Pereira Gil
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Trabalhadora/Estudante

Nome: Umarova Mashhura
Habilitações Literárias: 9º ano
Experiência Profissional: Empregada de mesa, Limpezas, Costura

Nota: Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional. **Contactos:** 231 516 761 | gip@acib.pt



Julho de 2017

ACIB | Workshops e Formação Profissional da ACIB para o 2º semestre

Seminários

- Ciclo de Workshops Exportação

- Documentação, Procedimentos e Técnicas de Exportação
- Procedimentos aduaneiros e fiscais de importação e exportação
- Logística de Exportação: Embalagens, Transportes e Seguros
- Métodos e Meios de pagamento na exportação
- Compreender e aplicar os INCOTERMS 2010

- Ciclo de Workshops Ferramentas para aumentar a produtividade das empresas

- Ferramentas para a eliminação de desperdício
- Melhorar o desempenho da empresa
- Qualidade à primeira
- O posto de trabalho óptimo: 5S
- A manutenção como fonte de receita

- GIMP - Tratamento de Imagens

Formação Profissional

- Finanças para não Financeiros
- Marketing Digital como Ferramenta Empresarial
- Formação Pedagógica Inicial de Formadores
- Primeiros Socorros

Data	Local
11/07	Oliveira do Bairro
26/09	Anadia
17/10	Oliveira do Bairro
14/11	Anadia
12/12	Oliveira do Bairro
14/09	Oliveira do Bairro
12/10	Anadia
09/11	Oliveira do Bairro
23/11	Anadia
07/12	Oliveira do Bairro
30/10 e 06/11	Oliveira do Bairro
Setembro	Oliveira do Bairro
Setembro	Oliveira do Bairro
02/10	Oliveira do Bairro
13/10	Oliveira do Bairro

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).

Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB através do telefone 234 730 320 ou via o e-mail: acib@acib.pt //

SI2E - Sistema de Apoio ao Empreendedorismo e ao Emprego | Apoios a Microempresas

Estão abertas as candidaturas ao SI2E - Sistema de Apoio ao Empreendedorismo e ao Emprego na zona de Aveiro, nomeadamente a GAL Costeira, GAL Aveiro Norte e GAL Aveiro Sul.

São susceptíveis de apoio a criação de micro e pequenas empresas, a expansão ou modernização de micro e pequenas empresas criadas há menos de cinco anos e a expansão ou modernização de micro e pequenas empresas criadas há mais de cinco anos.

Este incentivo financia as seguintes despesas:

- Máquinas e equipamentos;
- Equipamentos informáticos, incluindo o software necessário ao seu funcionamento;
- Custos de concepção e registo associados à criação de

- novas marcas ou colecções;
- Custos iniciais associados à domiciliação de aplicações;
- Serviços de arquitectura e engenharia relacionados com a implementação do projecto;
- Material circulante relacionado com o exercício da actividade;
- Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing e projectos de arquitectura e de engenharia;
- Obras de remodelação ou adaptação;
- Participação em feiras e exposição no estrangeiro;
- Despesas com remuneração de postos de trabalho.

O apoio é entre 30% e 40% não reembolsável do investimento, dependendo da localização, sendo que este valor pode ser majorado em 20% dependendo das seguintes condições:

- 10% – criação de micro e pequenas empresas ou expansão ou modernização de micro e pequenas empresas criadas há menos de cinco anos;
- 10% – projectos desenvolvidos nas áreas delimitadas dos PARU e dos PAICD;
- 20% – projectos que incidam nas áreas de especialização identificadas como prioritárias: Mar e Ria, Agroalimentar e Florestal, Materiais, Tecnologias da Informação, Comunicação e Electrónica;
- 5% – empresas que se instalem em espaços da Rede de Incubadoras de Empresas da Região de Aveiro.

Para mais informações, contacte a ACIB. //

A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:

Fotocópias | fax | Internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores



ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

Sede: Espaço Inovação - Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

Delegação: Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T: 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt

A ACIB informa que entrou em vigor, a 01 de Julho, uma nova versão do SAFT 1.04_01. Todos os sujeitos passivos de IRC que exerçam, a título principal, uma actividade comercial, industrial ou agrícola, com sede ou estabelecimento estável em território português devem dispor de capacidade de exportação de ficheiros SAF-T.//

Livro de reclamações | Alterações

O Decreto-Lei nº 74/2017, publicado a 21 de Junho, vem introduzir alterações ao Decreto-Lei nº 156/2005, de 15/9, que estabeleceu a obrigatoriedade da existência do Livro de Reclamações.

Este diploma estabelece novas regras com o objectivo de que desmaterializar e simplificar o Livro de Reclamações e respectivos procedimentos através da criação do “Livro de Reclamações On-line”.

Segundo o diploma, que entrou em vigor a 01 de Julho, os consumidores e utentes passam a poder exercer o direito de queixa por via electrónica que será implementado de modo faseado e por setores de actividade.

Desde 01 de Julho que os consumidores e os utentes dos serviços públicos podem

apresentar reclamações por via electrónica, através do acesso a Plataforma Digital, e a ter direito a receber uma resposta no prazo máximo de 15 dias úteis.

Destacamos ainda as seguintes alterações:

- Os fornecedores de bens e os prestadores de serviços passam a poder enviar as entidades reguladoras por via electrónica as folhas do livro de reclamações em papel.
- Com o objectivo de agilizar procedimentos, os fornecedores de bens e os prestadores de serviços passam a ter de enviar as entidades reguladoras, com a folha da reclamação, os elementos relevantes para a apreciar: por exemplo, quando a reclamação diga respeito a publicidade, o exemplar da mensagem publicitária.
- Deixa de ser necessário comprar um novo livro quando o fornecedor de bens ou prestador

de serviços muda a sua actividade ou os seus códigos de actividade económica (CAE) se alteram.

- Passa a ser obrigatório que os fornecedores de bens e prestadores de serviços ajudem os consumidores e utentes a apresentar a reclamação sempre que estes tenham essa necessidade.
- Deixa de haver um modelo específico para afixar a informação sobre a existência do livro de reclamações, mas continua a ser obrigatório ter visível essa informação.

A existência do Livro de Reclamações é obrigatória em todos os estabelecimentos de comércio a retalho e conjuntos comerciais, bem como nos estabelecimentos de comércio por grosso com revenda ao consumidor final.//

Novos incentivos à contratação de jovens e desempregados de longa duração

Os novos incentivos à contratação de jovens e desempregados de longa duração entram em vigor em Agosto. As principais diferenças face ao regime em vigor dizem respeito aos apoios a conceder. Os incentivos destinam-se a apoiar a contratação de:

- Jovens até aos 30 anos que procurem o primeiro emprego, em que taxa contributiva é reduzida em 50%, durante cinco anos;
- Desempregados de longa duração, ou seja, inscritos no IEFP há 12 ou mais meses, em que a taxa contributiva é reduzida em 50% durante três anos;
- Desempregados de muito longa duração, considerando-se aqueles que têm mais de 45 anos (inclusive), inscritos no IEFP há 25 ou mais meses, em que o empregador fica isento de contribuições por três anos.

As entidades que convertam contratos a termo em contratos permanentes bem como as que celebrem contratos por tempo indeterminado a trabalhadores já vinculados a prazo, também são abrangidas pelos incentivos.

Esta medida entra em vigor em Agosto. O decreto-lei que ainda vigora será então revogado. Mas as dispensas de contribuições que estejam ao abrigo daquela legislação mantêm-se em vigor até ao final dos respectivos períodos de concessão.//

Informação Empresarial Simplificada (IES) e Dossier Fiscal | Entrega até 22 de Julho

A ACIB informa que o prazo de entrega da Informação Empresarial Simplificada (IES) foi prorrogado para de 15 para 22 de Julho.

Mantêm-se os formulários da IES actualmente em vigor para a declaração a apresentar relativamente ao ano de 2016.

A IES consiste na entrega, por via electrónica, de um conjunto de informações de natureza contabilística, fiscal e estatística, pelos sujeitos passivos de IRC, de IRS (com contabilidade organizada) e de IVA.

O Processo de Documentação Fiscal, habitualmente designado por Dossier Fiscal, deve ser constituído até ao termo do prazo de entrega da IES, ou seja, até 22 de Julho.

O dossier fiscal só deve ser apresentado pelos sujeitos passivos quando para tal forem notificados.

As pessoas singulares e colectivas que possuam ou devam possuir contabilidade organizada são obrigadas a constituir um processo de documentação fiscal que deverá conter vários elementos, para efeitos de controlo inspectivo que, em regra, deverá ser mantido, pelo menos, dez anos, no domicílio do contribuinte.

Em caso de incumprimento, ou seja, de inexistência do dossier fiscal, tal poderá ser punido com coima que varia entre os 225€ e os 22.500€.

Contudo, é obrigatória a sua entrega pelos sujeitos passivos que integrem o cadastro especial de contribuintes e pelas entidades às quais seja aplicado o regime especial de tributação dos grupos de sociedades. A falta ou atraso na apresentação dos documentos será punida com coima cujos montantes variam entre 150€ e 3750€.

O processo de documentação fiscal deve incluir os seguintes elementos a guardar e entregar caso seja obrigatório ou requerido pela administração fiscal:

Documentos	IRC	IRS
Acta da reunião ou assembleia geral de aprovação de conta, quando legalmente exigida, ou declaração justificativa de não aprovação no prazo legal	X	
Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados	X	X
Balancetes sintéticos antes e após o apuramento dos resultados do exercício	X	X
Contratos ou outros documentos que definam as condições estabelecidas para os pagamentos efectuados a não residentes	X	X
Documentos comprovativos das retenções efectuadas ao sujeito passivo	X	X
Documentos comprovativos dos créditos incobráveis	X	X
Inventário de títulos e participações financeiras	Inst. Financeiras e Seguradoras	X
Listagem dos donativos atribuídos nos termos do Estatuto do Mecenato	X	X
Mapa de modelo oficial das mais-valias e menos-valias fiscais	X	X
Mapa de modelo oficial aos contratos de locação financeira	X	X
Mapa de modelo oficial das reintegrações e amortizações contabilizadas	X	X
Mapa de modelo oficial do movimento das provisões	X	X
Mapa demonstrativo do artigo 19º do CIRC (Obras de carácter plurianual)	X	X
Mapa do apuramento do lucro tributável por regimes de tributação	X	
Mapa dos ajustamentos de consolidação	X	
Mapa de depreciações e amortizações	X	
Relatório e contas anuais de gerência e parecer do Conselho Fiscal ou do Conselho Geral e documento de certificação legal de contas, quando legalmente exigidos	X	
Outros documentos mencionados nos Códigos ou em legislação complementar cuja entrega esteja prevista conjuntamente com a declaração de rendimentos	X	X